

UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO GEISEL: QUESTÃO ENERGÉTICA, INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA, SOCIEDADE CIVIL E DIPLOMACIA CARTER.

Edson Medeiros Branco Luiz¹, Lidiane da Mota Marins² e Paola Moraes Pinheiro Branco Luiz³

Resumo: O estudo analisa a postura que o governo Geisel teve acerca da questão energética para o país e relaciona o impacto desta nas relações domésticas e exteriores, bem como, na discussão sobre os direitos humanos. Temas transversais como o reconhecimento da independência de Angola - que adotara o modelo socialista - a adoção da matriz energética nuclear alemã e suas implicações, são aspectos relevantes para se entender a política energética do governo Geisel.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Governo Geisel; Questão Energética; Independência de Angola.

Abstract: This survey examines the stance that the Geisel government took on the energy issue for the country and relates its impact on domestic and foreign relations, as well as on the discussion of human rights. Cross-cutting themes such as the recognition of the independence of Angola - which had adopted the socialist model - the adoption of the German nuclear energy matrix and its implications are relevant aspects for understanding the energy policy of the Geisel government.

Keywords: “Brazilian Foreign Policy”; “Geisel Government”; “Energy Issue”; “Angolan Independence”.

¹ Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense, Professor Universitário e Advogado. Membro dos Grupos de Pesquisa “Laboratório de Estudos de Política Externa Brasileira – LEPEB” e “Laboratório de Estudos e Pesquisas Avançadas em Direito Internacional e Ambiental – LEPADIA”. edson,branco.luiz@gmail.com

² Doutoranda em Direito pela Universidade Veiga de Almeida. Coordenadora do Curso de Direito da Unigranrio/Afya, Duque de Caxias. Professora Universitária e Advogada. Líder do Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos à Saúde e Novos Direitos” e membro do Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos e Transformação Social”. litianemarins@gmail.com.

³ Bacharelada em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Graduada em Administração pela Universidade do Grande Rio.

INTRODUÇÃO

Em 1964, os militares brasileiros insatisfeitos com a situação sócio econômica vivenciada pelo Brasil, em face do governo trabalhista de João Goulart, deflagraram mudanças não legítimas com apoio de setores da sociedade civil, justificando tal medida como necessária para evitar a tomada do poder pelos comunistas, além da “missão” de combater a corrupção que assolava a máquina governamental, assim como equilibrar e desenvolver o quadro socioeconômico brasileiro.

Passados dez anos da medida golpista, o General Ernesto Geisel recebia em 15 de março de 1974, o cargo Presidencial do General Emílio Médici. É necessário salientar que Geisel assumia o país em período conturbado, momento posterior às euforias ocasionadas pela ufanía do Brasil Tricampeão de futebol, como pelo dito “milagre econômico”⁴. A ordem global enfrentava a crise de petróleo de 1973 com sérias consequências para o país.

O crescimento e o desenvolvimento industrial do Brasil exigia novas medidas, visto que a matriz energética era insuficiente para suprir as necessidades do país, o regime militar estimulava projetos que ampliasse suas opções para que não ficasse dependente exclusivamente do petróleo importado;

Até a década de 1960, o valor do barril de petróleo era tabelado pelas empresas exploradoras de petróleo, também conhecido como as “Sete irmãs”. Porém, os países detentores dos depósitos de óleo mineral, insatisfeitos com os procedimentos das “Sete irmãs”, criaram a OPEP- Organização dos Países Exploradores de Petróleo, estabelecendo os parâmetros de exploração da matriz fóssil; tirando das empresas exploradoras o poder de negociação do valor do mesmo.

Em 1973, o Oriente Médio enfrentava mais um conflito entre árabes e Israel - a Guerra do Yom Kippur. A OPEP, formada por alguns países árabes, era diretamente atingida com a questão israelense e seu apoio norte-americano, assim aproveitaram dos reflexos da referida guerra para elevar o preço do petróleo em 300%.

Com este cenário conturbado acerca da alta do petróleo, somado com a necessidade exponencial da produção energética visando a manutenção e

⁴ - Paul Singer analisa, pelo viés econômico, que o aludido “milagre econômico” ocorrido no governo Médici não poderia ser batizado com este nome, pois as consequências deste evento causaram uma ressaca econômica na década de 80 bem diversas de um eventual milagre econômico.

ampliação do desenvolvimento do país, Geisel desenvolveu novas formas de obtenção de energia como também deu continuidade a alguns projetos iniciados com Médici. Tem-se assim a construção da usina hidroelétrica de Itaipu Binacional, o Pró álcool, Programa a favor da adoção do álcool advindo da cana-de-açúcar em substituição ao petróleo para utilização junto aos automóveis; e o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, que importava o modelo nuclear de origem alemã.

A política energética brasileira, conforme mencionado acima, visava ampliar formas de obtenção de energia, todavia estes programas apresentavam impasses nos seus desenvolvimentos, fosse pela demanda de tempo para construção de Itaipu Binacional como as usinas nucleares de Angra do Reis, como pela instabilidade oportunista dos produtores de cana-de-açúcar, que optavam entre o açúcar ou álcool de acordo com a procura do mercado.

Mesmo com estes implementos, o Brasil continuava dependente da importação do petróleo. Surge aqui um novo ator na dinâmica internacional, que vai ser relevante na questão energética nacional, Angola.

A QUESTÃO ANGOLANA

Insatisfeita com a condição de colônia, Angola buscava sua independência. Contudo – diverso do que Inglaterra e França fizeram - ao tratar de descolonizar suas possessões ainda na década de 50 do século XX – Portugal mantinha a todo custo os vínculos com Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Timor Leste, Macau e São Tomé e Príncipe.

O governo português justificava essa postura de manutenção de colônia sob o argumento do resgate do passado glorioso e assim, em 1961, estouravam as guerras coloniais, no qual Portugal respondia com o envio de militares, visando manter seu *status quo*.

Assim, Angola tornou-se palco, ainda que tardiamente, da Guerra Fria. Esta assertiva é facilmente verificada quando se analisa a composição dos movimentos de libertação; vez que ainda em 1956, é fundado o Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA – liderado pelo poeta Agostinho Neto com orientação marxista, recebendo ajuda militar e apoio financeiro da União Soviética e algum tempo depois também de Cuba.

Já a Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA – comandada por Holden Roberto, que tinha auxílio Norte-Americano como do Zaire. Além desses, resultante do rompimento da FNLA, surgia a União Nacional pela Independência

Total de Angola – UNITA – tendo Jonas Savimbi como líder, ligado às pretensões da África do Sul junto ao próprio continente africano.

Por fim, com menor apoio popular, há a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda – FLEC, que tinha apoio de Gabão e Uganda. A FLEC visava a autonomia desta cidade, que até hoje, apresenta elevados depósitos de petróleo. Todavia, o MPLA insistia que o enclave petrolífero pertencia a Angola.

Desta forma, estavam armadas as peças do tabuleiro de interesses sobre Angola, onde grupos domésticos eram incentivados por diversas nações que visavam além dos ricos depósitos de petróleo, as jazidas de diamante, de ferro, de cobre, de chumbo, de ouro e outros minerais, como também desejavam escoar suas respectivas produções comerciais.

Com todos esses elementos, não é difícil imaginar a ocorrência de convulsão social de Angola, mas Portugal visando manter tais riquezas, sob o argumento de glórias do passado, gastava seus escassos recursos humanos e financeiros para assegurar os vínculos de dependência com a sua colônia.

Fato este que, como dito anteriormente, proporcionava insatisfação no seio da sociedade portuguesa, que via seus filhos partirem da sua terra natal para defenderem ideais ultrapassados na segunda metade do século XX, e ainda via suas finanças serem destinadas às guerras coloniais.

Essas constatações do cenário angolano corroboram o que William Gonçalves aponta para o contexto das relações internacionais dos pós 2ª Guerra Mundial:

Ao longo das quatro décadas entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e o desmantelamento do Muro de Berlim (1989), o comportamento dos atores internacionais foi condicionada pela estrutura bipolar do sistema internacional.... Tanto o conflito como a cooperação derivavam da maneira como os atores se situavam e deslocavam nesse tabuleiro.⁵

Celso D.de Albuquerque de Mello ao tratar do reconhecimento de Estado e Governo assevera que:

Ao surgir na sociedade internacional um Estado, deverá ocorrer o seu reconhecimento, que é o ato pelo qual os Estados já existentes constatarem a existência o novo membro da ordem internacional.

...

O reconhecimento (Estado ou governo) é dado após um “pedido” do “interessado” através de uma notificação dirigida aos demais Estados.

⁵ - GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 3ª ed, 2002, pg. 18-19.

Não existe no Direito Internacional a fixação de um momento para que seja feito o reconhecimento. A questão da sua oportunidade é de apreciação discricionária do Estado autor do reconhecimento. Todavia, a prática internacional e a doutrina têm salientado que ele não deve ser um ato prematuro...⁶

Se Albuquerque de Mello ilustra que não há no Direito Internacional a fixação de um momento para reconhecer um Estado. Sidney Guerra corrobora o pensamento acima com a seguinte compreensão:

Finalmente, pode-se afirmar que o ato de reconhecimento do Estado é irrevogável, ou seja uma vez concedido não pode ser mais retirado... (mas) devem ser levados em consideração os seguintes princípios:

- a) Se se trata de Estado surgido de um movimento de sublevação, o reconhecimento será prematuro enquanto não cessar a luta entre a coletividade sublevada e a mãe-pátria, a menos que esta após luta prolongada, mostre-se impotente para dominar a revolta e aquela se apresente perfeitamente organizada como Estado;
- b) Desde que a mãe-pátria tenha reconhecido o novo Estado, este poderá ser logo reconhecido pelos demais membros da comunidade internacional;
- c) Se se trata de Estado surgido por outra forma, ele poderá ser reconhecido logo que se apresentem todas as características de um Estado perfeitamente organizado e demonstre, por atos, sua vontade e sua capacidade de observar os preceitos de direito internacional.

No que tange ao governo de um Estado, este pode ser considerado de direito e de fato. O governo é considerado de Direito quando o poder é assumido em obediência às normas constitucionais do Estado, ao passo que no governo de fato ocorre a assunção do poder em decorrência de uma revolução ou de um golpe de estado contra o governo local.⁷

Assim, ao se confrontar as teorias das Relações e Direito Internacionais, tem-se que apesar do Governo Geisel receber os louros acerca de ser o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, se faz necessário retroceder ao Governo Médici para compreender como a diplomacia brasileira trabalhou acerca da causa angolana.

Um dos primeiros indícios que comprovam a mudança de percepção do Brasil sobre o Continente Africano é o declínio da Comunidade Luso-brasileira, órgão que estimulava as relações entre Portugal e Brasil, que se apresentava forte desde os anos 50 e retomado pelo Governo de Castelo Branco. Contudo já nos

⁶ - ALBUQUERQUE DE MELLO, Celso D. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar. 15 ed, 2004. Pgs. 399-400.

⁷ - GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Editora Saraiva, 7ª ed, 2013. Pgs.139-140.

anos 70, este instituto não era prevaiente, fator que favorecia as relações entre Brasil e Angola.

E é a partir de 1972, que o Brasil toma outro escopo acerca das relações com Portugal e suas colônias. Esta alteração de rumo, pouco notada, justamente para não prejudicar os interesses brasileiros junto a Portugal, favorecia a desvinculação de Angola e outras colônias da metrópole europeia.

Médici escolheu para Ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, diplomata de carreira que fora Secretário-Geral do Ministério do Governo Costa e Silva. Gibson Barboza se vinculava à linha “Diplomacia de Prosperidade”, isto é, política que favorecia maiores ganhos ao Brasil, atrelado a uma postura exterior sem fronteiras ideológicas.

Gibson Barboza expôs, em 23 de outubro de 1970, sua conferência à Escola Superior de Guerra defendendo o ideal de que a diplomacia estava a serviço do desenvolvimento, e que o Brasil deveria ter liberdade de tomar iniciativas próprias no caso da África. (Pantoja & Saraiva, 1999.).

Novos rumos, necessariamente, implicam em rearranjo de antigos pactos, como a revisão dos compromissos firmados anteriormente. E esta percepção é clara para o Chanceler Gibson Barboza, tanto que em 1972, ao cumprir sua agenda diplomática junto aos países africanos, fica transparente que os interesses econômicos brasileiros junto à África estariam prejudicados, caso o Brasil mantivesse as costumeiras relações de alinhamento aos interesses de Portugal.

Em novembro de 1972, ao visitar nove países africanos, a saber: Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Zaire, Camarões, Nigéria, Senegal e Gabão, o Chanceler brasileiro assinalava condenando o regime colonialista exercido pelos países europeus junto à África.

Assim o Itamaraty definia, desde o final de 1972, a inviabilidade de cotejar simultaneamente Portugal e África Negra. Sendo o panorama africano muito mais atraente do que a tradicional política de alinhamento com Portugal. A ponto de o Itamaraty declarar 1972 como o “Ano da África”, favorecendo a campanha anticolonial conferida pela Organização das Nações Unidas.

Todavia, como era esperado, ocorriam resistências sobre a prevalência da política africana em detrimento das relações com Portugal. A começar pela questão ideológica. Como o Brasil, que vivenciava há quase uma década um regime autoritário de direita, era favorável ao rompimento de Angola? Se o maior grupo separatista – o Movimento Popular de Libertação de Angola – deixava claro sua orientação marxista. Se justamente um dos motivos que levaram a ocorrência do Golpe Militar de 1964, decorria da existência de grupos de esquerda no País?

Atrelada a questão ideológica, há ainda o fato de outros setores do governo serem favoráveis à desconsideração do caso das colônias portuguesas em processos de desincompatibilização. Tanto o é, que Delfim Netto – Ministro da Fazenda do Governo Médici – prestigiava a opção de relacionamento com os Estados Unidos e em prol da Comunidade Luso-Brasileira, vez que a aproximação com Angola, levaria o Brasil a não ser alinhar com os interesses americanos.

Esta falta de unanimidade dentro do Governo Médici repercutia junto à sociedade como a outros países, tanto que Portugal prestigiava o ano de 1972, o mesmo que o Itamaraty conferia como o “Ano da África”, como o “Ano da Comunidade Luso-Brasileira”, conferindo benefícios aos cidadãos brasileiros e portugueses, bem como prestigiando o sesquicentenário da independência do Brasil.

Contudo, a situação portuguesa não se apresentava interessante ao Brasil, visto que o próprio Governo Médici se ofertava como mediador junto a Portugal para a questão angolana em 1973.

Como esperado, o governo português ficou insatisfeito com a perspectiva de mediação brasileira a questão angolana, e ainda em dezembro de 1973, o primeiro-ministro Marcelo Caetano ofertou-se como mediador entre o governo brasileiro e a guerrilha instalada no Brasil. Foi o estopim para que o Brasil prestigiasse o apoio às independências da África Portuguesa.

Com a assunção do General Geisel, ocorreu a mudança do quadro ministerial, substituindo Gibson Barboza por Azeredo da Silveira para a Pasta das Relações Exteriores.

E assim, em menos de três meses, ocorria o reconhecimento brasileiro de independência de Guiné-Bissau. Fato este criticado por Mário Soares, Primeiro-Ministro português, vez que o Brasil rompia o Tratado de 1953.

Segundo Saraiva, Azeredo da Silveira na sessão de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas expunha que o Brasil acreditava, “sem restrições, que não há justificativa para o adiamento do processo de descolonização” da África Portuguesa, saudando ainda a delegação de Guiné-Bissau e condenando a segregação racial sul-africana. (Pantoja & Saraiva, 1999).

Todavia, conforme aludido anteriormente, a questão angolana se apresentava como um problema de diversas incógnitas, refletindo a situação da Guerra Fria, e ainda assim, o Chanceler Brasileiro era claro ao expor que o Brasil estava disposto a ajudar economicamente o novo Estado Angolano, independente de que grupo chegasse ao Poder.

Desta forma, ainda em 1974, o Brasil começava a discutir com os três maiores grupos angolanos, sobre as condições de auxílio para a autonomia de

Angola. Assim, é destacado Ítalo Zappa, considerado um dos mais qualificados diplomatas brasileiros acerca das questões africanas e chefe do novo Departamento da África, Ásia e Oceania, para relatar as condições, possibilidades, vantagens e prejuízos sobre a questão angolana ao Brasil.

Com a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, ficava clara a mudança política de Portugal sobre a questão colonial, tanto que há o encaminhamento da criação do governo de transição angolano, firmado pelo Acordo de Alvor, em 15 de janeiro de 1975. Em julho de 1975, o governo de transição era formado em Luanda, capital angolana, através da representação do MPLA, FNLA e UNITA. Acordando a data de retirada da Administração Portuguesa e efetiva da independência angolana em 11 de novembro de 1975.

E em março de 1975, o Brasil destacou-se em ser o primeiro país a manter relações diplomáticas com Angola. É preciso frisar que antes mesmo da independência, o Brasil conferia à Luanda uma representação. A fórmula criada para evitar transtornos foi a elaboração de uma Representação Especial junto ao Governo de Transição de Angola.

Contudo, apesar das recomendações da ocorrência de um governo de unidade nacional, a explosiva convivência dos três movimentos levou a lutas civis, onde o grupo de Agostinho Neto criou um governo independente unilateral sem a participação dos demais grupos no próprio dia de independência.

A perspectiva de o Brasil ter acesso à exploração de diversos recursos angolanos, inclusive dos depósitos de petróleo em Cabinda, estimulava o País a reconhecer a desvinculação da colônia portuguesa.

Geisel em entrevista a Maria Celina D'Araújo e Celso de Castro expõe o seguinte sobre a independência de Angola:

Em primeiro lugar, tratava-se de uma fronteira marítima nossa e, em segundo lugar, os angolanos falam português, a nossa língua. Já disse que éramos a favor das colônias portuguesas que se emancipavam de Portugal. Achávamos que o nosso apoio a Portugal nesse terreno tinha que mudar, inclusive porque somos anticolonialistas. Reconhecemos todos os países da costa oeste e, na costa leste, Moçambique. E o importante é que em Angola há petróleo! Presentemente estamos explorando petróleo no mar, em Angola, por intermédio da Braspetro, associada a outras empresas. (D'Araújo & Castro, 1997)

Pecequilo é precisa ao fazer um balanço do modelo de política internacional seguido pelo Brasil, ao expor que:

A vertente nacional desenvolvimentista dominou a lógica da política externa brasileira até 1989, em particular no período de 1961 em diante, com a emergência da Política Externa Independente (PEI). O auge do modelo seria alcançado no Regime Militar (1964/1985). Especificamente, pode-se denominar este eixo de “multilateral-

global” nas Relações Internacionais do país, voltado para a busca de novas alternativas e parceiros globais. Todavia, independente destes pilares apontados por (Amado Cervo) serem, de fato, orientadores do pensamento brasileiro, não se pode ignorar o peso de outro paradigma de ação para o desenvolvimento.⁸

Esta compreensão da autora consegue dar um norteamento teórico para o que ocorria com a Política Externa Brasileira durante o Governo Geisel, em especial, sobre os debates acerca da questão do reconhecimento da independência de Angola.

A QUESTÃO NUCLEAR

Os Estados Unidos da América e o mundo assistiram, em 9 de agosto de 1974, a assunção de Gerald Ford à presidência do país, após a renúncia do cargo por Richard Nixon, envolvido no caso de espionagem Watergate, no qual o Presidente tinha conhecimento da espionagem.

E três anos depois, Ford perdia para o candidato do Partido Democrata, Jimmy Carter que apresentava como plataforma o uso da diplomacia para garantir a paz mundial, respeitando os direitos humanos, reduzindo o tom armamentista da Guerra Fria.

Com a assunção de Carter, as relações diplomáticas norte-americanas, de fato, passaram por um novo formato; isso fica lúcido quando se verifica a renovação do acordo militar Brasil-Estados Unidos.

Acordo este firmado ainda na década de 50, onde o Brasil fornecia recursos minerais em troca de equipamentos e materiais militares norte-americanos, que eram conferidos ao exército brasileiro. Contudo, durante o Governo Carter, foi exigida a averiguação da questão dos direitos humanos no Brasil para a manutenção deste acordo. Fato que foi considerado pelo governo brasileiro como desrespeito à Soberania Nacional.

Associada à questão dos direitos humanos e a renovação desse acordo, no mesmo período, incidia o projeto baseado em energia nuclear na qual o Brasil tinha interesse, em face dos problemas energéticos ocorridos a partir da crise do petróleo, em 1973.

Tanto que o Brasil firmou acordo nuclear com a Alemanha na qual esta transferiu tecnologia para que o país pudesse produzir energia nuclear; fato que

⁸ - PECEQUILLO, Cristina Soreanu. **O Brasil e a Teoria das Relações Internacionais: balanços e perspectivas** in Teoria das Relações Internacionais: As questões mundiais em debate. Petrópolis, 2014. Pgs 431-432.

gerou “O temor de que o Brasil viesse a produzir a bomba atômica”⁹, por parte dos Estados Unidos.

De forma geral, pode-se expor que entre outras medidas da política internacional do governo de Jimmy Carter: o acordo de devolução do controle do Canal do Panamá a este país, programado para 2000 - que de fato ocorreu; a distensão de países comunistas, ao estabelecer relações diplomáticas com a China, e tratou com a antiga União Soviética política de redução de armas nucleares; e ainda o acordo de Camp David, em 1978, no qual Israel e Egito selaram paz, conferido a este a reconquista da Península do Sinai, que fora ocupado pelas tropas israelenses na Guerra dos Seis Dias em 1967.

Sua política para os países da América Latina também almejou a perspectiva da paz e dos direitos humanos, tanto que reduziu as tensões diplomáticas com Cuba, e visitou países governados pelo autoritarismo militar.

O Brasil recebeu algumas visitas oficiais do presidente norte-americano, como também da Primeira Dama Rosalyn Carter, que em julho de 1977 representou o Governo Carter, em decorrência da impossibilidade de seu marido comparecer.

Em entrevista a Maria Celina D’Araújo e a Celso Castro, o Presidente Geisel expôs que:

Com a dona Rosalyn era mais difícil, porque ela trazia um caderninho com suas anotações [...] Ela sentava, abria o caderno e apresentava sucessivamente os itens da nossa conversa. Eram itens sobre direitos humanos, sobre energia nuclear [...] Ela se envolvia em tudo. Uma vez eu disse a ela: ‘A senhora está abordando um problema baseada apenas em suposições’ – referia-me à energia nuclear – ‘e, enquanto isso os Estados Unidos continuam fazendo experiência nucleares’. Ela: ‘Ah, não! O Jimmy não faz isso!’ Aí eu respondi: ‘Perdoe, mas faz. Está aqui, o jornal de ontem deu a notícia de uma experiência no deserto de Nevada’. E ela: ‘Não, não é verdade’. Depois ela me telefonou dizendo que tinha verificado e que a experiência nuclear tinha sido feita realmente, mas no mar. Eu disse: ‘Mas minha senhora, é experiência nuclear do mesmo jeito! Estão estourando bombas nucleares! Para quê? Para bombardear o mundo?’

Uma ocasião o Carter, ela e o secretário de Estado que os acompanhava fizeram uma chantagem comigo. Eles diziam que poderiam fazer isso ou aquilo pelo Brasil, mas que já estavam em negociações se encaminhando para fazer tais favores à Argentina. Respondi: ‘Muito bem, os senhores façam os favores para a Argentina. O Brasil não tem nada com isso. Não temos incompatibilidades ou rivalidades com a Argentina. Se os senhores quiserem fazer, não há qualquer objeção’. Que mediocridade! Pensavam que eu fosse me impressionar e ceder às suas pressões. Eles queriam que eu não cumprisse o Acordo Nuclear com a Alemanha. Havia naturalmente outras questões, e no meio eles

⁹ - D’ARAÚJO, Maria Celina. CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 340.

vinham com os problemas dos direitos humanos. Eu expliquei: 'Nós estamos vivendo uma fase difícil, mas o problema dos direitos humanos progressivamente vai melhorando. Há realmente muitos problemas complexos de direitos humanos no Brasil, não só em relação aos subversivos, mas ao povo que passa fome, aos desempregados, aos que não têm instrução, não tem escola. Enfim, há uma série de deficiências que só com muita ação e com o tempo podem ser atendidas'.

No jantar que ofereci no palácio da Alvorada, o Carter virou-se para mim e perguntou: 'O senhor não estaria disposto a refazer o Acordo Militar?' Respondi: 'Estou sim, mas com uma única condição: que se acabe com a intromissão do Senado americano, fiscalizando o Brasil. Se o senhor acabar com aquilo, faço com muito prazer um novo acordo militar. O que não posso fazer é um acordo que humilhe o meu país'. Ai, ele desconversou. Não tinha força junto ao Senado, que é uma potência nos Estados Unidos. Nesse mesmo dia do jantar no Alvorada os jornais noticiavam um massacre de porto-riquenhos em Chicago! Será que os porto-riquenhos não faziam jus aos direitos humanos? E a ação da polícia americana, com a sua violência? Não era a primeira vez que aquilo acontecia! Por que não iam cuidar da sua gente, em vez de meter o nariz aqui dentro? Se eu fosse um homem completamente omissivo, que não me preocupasse com esse problema, não tratasse de resolvê-lo e, ao contrário, incentivasse para que os direitos humanos não fossem respeitados, essa crítica poderia se justificar. Mas eram injustos comigo e, em vez de ajudar, atrapalhavam. Pelo menos eu tinha essa convicção. Pelo que eu procurava fazer, pelo que eu tinha feito para melhorar esse quadro, acho que a atitude deles deveria ser outra. As relações com os Estados Unidos tornaram-se muito desagradáveis. Mas as divergências vinham de antes, por problemas na área comercial e tarifária.¹⁰

A fala do ex-Presidente da República Brasileira, General Ernesto Geisel, na entrevista para Maria Celina D'Araújo e Celso Castro é elucidativa acerca da Política Externa Brasileira do período e como a potência norte-americana tratava o país por não ter o alinhamento automático esperado por parte deles.

A SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA

De fato, a política internacional adotada por Jimmy Carter repercutia no Brasil; a agenda norte-americana não se restringia apenas ao âmbito governamental.

Em março de 1978, a diplomacia Carter alcançava algumas instituições da sociedade civil brasileira – incluindo a Ordem dos Advogados do Brasil – para

¹⁰ - D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. Op. Cit. p.351-352.

debater algumas questões como os direitos humanos, modelo energético, Poder Judiciário, liberdade de imprensa e liberalização política. É ver:

Reunião da Gávea Pequena durará menos de uma hora

O Presidente Jimmy Carter vai se reunir com seis pessoas por cerca de uma hora na manhã de sexta-feira, na Gávea Pequena, onde será hóspede do Prefeito do Rio. Além dos Cardeais do Rio e de São Paulo, Dom Eugênio Salles e Dom Paulo Evaristo Arns, o Presidente se encontrará com o Sr^o Raymundo Faoro, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, o Sr^o Marcos Vianna, Presidente do BNDE; o Empresário José Mindlin e o Sr^o Júlio de Mesquita, Diretor do jornal "O Estado de São Paulo".

Pelo lado americano participarão do encontro a Sr^a Rosalyn Carter, o Secretário de Estado Cyrus Vance, o Sub-secretário para a América Latina, Terence Todman e o Assessor para assuntos de segurança nacional Zbigniew Brzezinski e seu especialista em assuntos latino-americano Robert Pastor.

[...]

A lista de convidados sugere que tenha tido o mérito de convidar religiosos, representantes de organismos que defendem os direitos humanos, empresários e pelo menos um representante do órgão público.¹¹

No dia seguinte à reunião, 1^o de abril de 1978, o *Jornal do Brasil* publicou reportagem sobre a reunião, sintetizando sua ocorrência:

O Encontro da Gávea Pequena

[...]

Sem maiores introduções, o Presidente perguntou a D. Evaristo Arns:

— Como o senhor vê a situação dos direitos humanos?

D. Paulo respondeu que passa por grandes melhoras e acrescentou que sente-se na conduta do Presidente Geisel, a preocupação pela defesa dos direitos humanos. Sem maiores ressalvas, informou: "O Presidente é um homem sério".

Em seguida, o Presidente — ainda dirigindo-se a D. Paulo — perguntou qual a ação da Igreja na defesa dos direitos humanos do Brasil.

D. Paulo, numa curta exposição, informou que a Igreja vem tendo um papel predominante na defesa desses direitos e, ao concluir, foi substituindo na explicação pelo Sr. Julio de Mesquita Neto, que lembrou a ação decisiva da imprensa na luta pelas liberdades públicas. O Presidente Carter perguntou-lhe se a imprensa brasileira tinha poder de decisão a respeito daquilo que ela quer publicar.

'Tem', respondeu o Sr. Julio de Mesquita, enquanto o Sr. José Mindlin acrescentava que não existe autocensura em O Estado de São Paulo. 'Não exercemos autocensura', acrescentou o Sr. Mesquita, informando que seu jornal publica tudo o que julga conveniente, 'correndo os riscos' da decisão. O Sr. Mesquita

¹¹ - **REUNIÃO da Gávea Pequena durará menos de uma hora.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1978. Caderno A1, p. 8.

lembrou que há ainda no Brasil publicações com censura prévia entre as quais O São Paulo.

A essa altura o Sr^o Raymundo Faoro disse ao Presidente americano que a liberdade de imprensa exerce um papel muito importante na defesa dos direitos humanos no Brasil, mas ressaltou que ela não é propriamente 'uma liberdade'. Segundo o Sr^o Faoro trata-se mais de 'uma tolerância do Príncipe', pois pode ser retirada. O presidente da Ordem dos Advogados, que vinculou a supressão da censura a uma decisão pessoal do General Geisel, elogiou a 'dignidade de nosso Presidente', e lastimou que a tolerância para com a imprensa 'depende de um só homem'.

[...]

Depois, a conversa voltou a girar em torno de temas políticos e, sobretudo, em torno do futuro da política de liberalização do regime. Tanto D. Eugenio Salles quanto o Sr. Julio de Mesquita lembraram a conduta do Presidente de compromisso com a distensão. O Sr. Mesquita observou também que a política de liberalização merece confiança porque contra ela se colocam apenas 'radicais de direita e de esquerda' que representam uma minoria.

O Presidente Carter, em nova pergunta, quis saber se é possível considerar irreversível a abertura política.

O Sr. Marcos Vianna respondeu que é impossível haver um retrocesso e o Sr. Faoro observou que impossível não é, mas é difícil. O mesmo disse o Sr. Mesquita. Respondeu o presidente do BNDE que isso só ocorreria 'com outra revolução'.

Em seguida, o Presidente americano quis saber se é possível prever que o General Figueiredo seja sucedido por um processo de eleição direta.

Houve novamente algum silêncio, e o Sr. Julio Mesquita afirmou: "Este é um problema de futurologia".

O Presidente Carter lembrou ao Sr. Faoro que ouvira no Supremo Tribunal Federal que em sua composição estão 'os homens mais liberais do país' e, em resposta, o Presidente da Ordem dos Advogados disse que nos últimos 10 anos o Supremo não teve muitas oportunidades de praticar esse liberalismo. Antes, ele já observara que o Presidente Geisel é visto como uma pessoa de posições dignas, ponderando, contudo, que do ponto de vista institucional, a situação é a mesma que em 1968. Lembrou que o *habeas corpus* para as pessoas acusadas de atos políticos está suspenso e frisou:

'Qualquer um de nós pode ser preso por 30 dias, 10 dos quais podem ser cumpridos em regime de incomunicabilidade, vedando-se ao cidadão até a visita do advogado, numa situação em que tudo pode ocorrer'.

O Presidente Carter perguntou se nos últimos cinco anos houve cassação de algum Ministro do Supremo e o Sr. Faoro respondeu que em 1968 elas ocorreram, mas nos últimos anos não se deram.

Em seguida o Sr. Carter quis saber se o que o presidente da Ordem dos Advogados dizia era representativo do consenso dos advogados brasileiros. A resposta começou a ser dada pelo Sr. Mindlin, que lembrou o fato de o Sr. Faoro ter sido eleito para o cargo. Já o presidente da Ordem acrescentou que julgava ter essa representação, até porque a OAB pede um mínimo que corresponde à visão de advogados conservadores.

(...)

Durante todo o encontro não foi pronunciada a palavra tortura, ninguém tocou em questões nucleares...¹².

Importante frisar alguns pontos desse encontro de Jimmy Carter, Presidente Norte-Americano, e os representantes da sociedade civil convidados. O primeiro acerca dos direitos humanos, a forma como era tratada a questão no governo Geisel, respondida que “passa por grandes melhoras” segundo Dom Paulo Arns.

O segundo refere-se à questão da censura na imprensa, no qual Júlio de Mesquita Neto, representante do *O Estado de São Paulo* e conseqüentemente membro da ABI, expôs que não realizava censura no seu jornal, mas ressaltou que “que há ainda no Brasil publicações com censura prévia”.

O terceiro acerca da possibilidade de eleições presidenciais direta após o governo Figueiredo.

Por fim, questões relacionadas à composição do STF e se a exposição feita por Faoro era consenso entre os advogados.

Ainda na mesma edição, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Faoro expôs que:

‘Em todo o momento da reunião com Carter esteve presente a sombra do AI-5. Ele perguntava sobre Direitos Humanos. E eu respondia que já se debateu muito este assunto, Disse-lhe que houve uma melhora em termos de tolerância, em termos de dignidade do Governo, mas nenhuma melhora em termos institucionais. Quero dizer: a insegurança e o arbítrio continuam como há 10 anos’.

O presidente da OAB lembra que o ponto-de-vista da Ordem coincide com aquele de Carter sobre Direitos Humanos [...]

‘A conversa começou normalmente, mas eu diria que o tema (Direitos Humanos) foi o que mais se tocou. Entre todos os interlocutores houve um ponto de concordância: que as coisas (depois da liberdade de imprensa, que eu não chamei de liberdade, mas de tolerância) melhoraram. Digo: houve uma melhoria na situação’.

‘Mas eu, pessoalmente, fui obrigado a acentuar que essa melhoria se deu não por fundamentos institucionais, mas por um imperativo de dignidade do atual Chefe do Governo, a despeito dos retrocessos conhecidos e existentes’.

O Sr. Raymundo Faoro informou que lembrou ao Presidente Carter a situação do *habeas corpus* no Brasil. ‘Confirmei que a questão permanece a mesma de há 10 anos’.

Ainda no Jardim da Gávea Pequena, o Sr. Raymundo Faoro disse estar impressionado com a firmeza do Presidente Carter e seus assessores na abordagem do tema Direitos Humanos. ‘Foi muito encorajador para nós’.

‘Não se cogitou o que ele poderá fazer de concreto em nosso favor. Ele perguntou sobre a situação política. É preciso entender que, sempre que há em qualquer lugar do mundo um acréscimo da

¹² - **O encontro da Gávea Pequena.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 1º abr. 1978. Caderno A1, p. 4.

consciência em torno dos direitos humanos, é sempre encorajador. É bom saber que não estamos sós', afirmou o Sr. Faoro.¹³

A reunião com o Presidente Norte-americano Jimmy Carter sintetiza a compreensão da importância de setores da sociedade civil, ao convidar os Dons Paulo Evaristo Arns e Eugênio Salles, representantes da Igreja Católica Apostólica Romana; Júlio de Mesquita Neto, diretor do *O Estado de São Paulo* e membro da ABI e o próprio presidente da OAB, Raymundo Faoro e outros participantes, o que demonstra a relevância que a política norte-americana conferiu às instituições da sociedade civil.

Durante a reunião, conforme ressalva o *Jornal do Brasil* "ninguém tocou em questões nucleares"¹⁴. O assunto acerca da matriz energética nuclear brasileira não fora pauta da reunião da diplomacia Carter junto com tais representantes da sociedade civil.

CONCLUSÃO

O estudo mostra que que não é possível fazer uma leitura dos rótulos políticos sem uma inserção sobre as questões econômicas domésticas e externas, pois as relações internacionais são postuladas em diversos fatores que levam a adoção de um caminho em face de outro.

A necessidade de ampliação de meios de produção de energia levou o país a buscar meios para manter o patamar de desenvolvimento alcançado e a perspectiva para as novas exigências. Se o cenário nacional já exigia ampliação acerca da política energética, a crise do petróleo, ocorrida em 1973, foi mais um elemento a forçar o país a reiterar os já existentes ou buscar novos meios, como foi o caso do Pró álcool.

O Brasil, apesar de vivenciar um regime autoritário de direita, tinha interesse em reconhecer a Angola, em face dos benefícios socio econômicos que tal reconhecimento permitiria a nação africana como ao país, como de fato, o foi. Conferindo ao Brasil o aludido pragmatismo responsável.

A análise e posterior aplicação do modelo energético nuclear alemão para o país chamava atenção dos Estados Unidos. O receio de eventual utilização beligerante foi pauta da diplomacia Carter sobre o Brasil. Como sabido por todos, a utilização da energia nuclear tinha apenas finalidade pacífica.

¹³ - FAORO lembra que reunião foi à sombra do AI-5. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 01º abr. 1978. Caderno A1, p. 6.

¹⁴ - O encontro da Gávea Pequena. Loc cit.

Alguns representantes da Sociedade Civil organizada à época do governo Geisel, entre as quais destaca-se a Ordem dos Advogados do Brasil, encontraram-se com o presidente norte-americano Jimmy Carter, para debater diversos assuntos, contudo não foi pauta da conversa o tema da questão nuclear.

Desta forma, é possível sintetizar que a política energética do governo Geisel ampliou suas formas de obtenção de energia, entre as quais pode-se destacar o petróleo importado de Cabinda, enclave angolana, o “Pró-alcool” e a energia nuclear.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE DE MELLO, Celso D. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar. 15 ed, 2004

CORREIA, Pedro Pezart. **Angola: do Alvor a Lusaka**. Lisboa: Hugin Editores, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (organizadores). **Dossiê Geisel**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____, _____. **Ernesto Geisel**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Rio de Janeiro, Vozes: 2ª ed, 1981.

FAORO lembra que reunião foi à sombra do AI-5. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 01º abr. 1978. Caderno A1, p. 6.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Editora Saraiva, 7ª ed, 2013.

GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 3ª ed, 2002.

PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio Sombra (organizadores). **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____, _____. **Descolonização de Angola**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1991.

REUNIÃO da Gávea Pequena durará menos de uma hora. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1978. Caderno A1, p. 8.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **O Brasil e a Teoria das Relações Internacionais: balanços e perspectivas** in Teoria das Relações Internacionais: As questões mundiais em debate. Petrópolis, 2014.

SINGER, Paul. **A Crise do “Milagre”**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 5ª ed, 1977.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra:
13ª ed, 2003.